



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Conselho Superior do Ministério Público

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DIA DOIS DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZ

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, às 09h15, na Sala de Reuniões da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para Sessão Ordinária, sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça, Exmo. Sr. Dr. Marcelo Ferra de Carvalho. Verificado o quórum suficiente, o Sr. Presidente declarou instalada e aberta a reunião, passando para a pauta do dia.

O Presidente do CSMP solicitou inversão da pauta para que pudesse ser julgado o GEAP nº 000879-053/2010, da relatoria do Conselheiro Dr. Vivaldino Ferreira de Oliveira, que trata de irregularidades na aplicação de recurso do FUNDEB (FUNDEF), noticiada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP e estes solicitaram acompanhamento da sessão de julgamento. Deferido o pedido, adentraram a sala de reuniões a Sra. Ignez Maria Mendes Linhares e Srs. Antônio Cândido da Silva, João Tomiato, Valdemir Smanhoto, Edson João Sauthier e Antônio Roberto Dalmaso. O relator informou que os autos ficaram paralisados por 08 anos e que as partes interpuseram recurso enquanto realizava correição na comarca de Cláudia. Após leitura do voto, onde o relator decidiu pela não homologação do arquivamento, bem como remessa dos autos ao Promotor de Justiça substituto, iniciou-se a votação. DECISÃO: À unanimidade, decidiu-se pela não homologação do arquivamento, bem como remessa dos autos ao Promotor de Justiça substituto, nos termos do voto do relator.

Retornou-se ao item 01 da pauta. GEAP 000669-001/2010 – Minuta de Resolução definindo critérios para elaboração da lista sêxtupla, de acordo como artigo 94, *caput*, da Constituição Federal. Processo da relatoria do Conselheiro Dr. Mauro Delfino César, que informou as fontes pesquisadas, destacando outros Ministérios Públicos para elaboração da redação da minuta. DECISÃO: Após algumas alterações e supressões nos artigos 3º, 4º e 5º foi aprovada, à unanimidade, da seguinte forma:



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Conselho Superior do Ministério Público

RESOLUÇÃO Nº xx/2010-CSMP

“Define os critérios para elaboração da lista Sêxtupla, de acordo com o artigo 94, *caput*, da Constituição Federal, e dá outras providências”

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
no uso de suas atribuições,

RESOLVE,

Art. 1º. Definir os critérios para elaboração da lista Sêxtupla, de acordo com o estabelecido no artigo 94, *caput*, da Lei Orgânica Federal.

“DA COMPOSIÇÃO DE LISTA SÊXTUPLA

Art. 2º. Verificada a existência de vaga no Tribunal a ser preenchida por agente do Ministério Público, o Procurador-Geral de Justiça publicará edital, pelo prazo de cinco dias, abrindo inscrição aos candidatos que pretendam concorrer a ela.

Art. 3º. O pedido de inscrição deverá ser acompanhado de extrato do GEAP ou SEAP, demonstrando a regularidade e tempestividade do serviço, além de prova de ter mais de dez anos de carreira no Ministério Público e que se encontra em seu efetivo exercício.

Parágrafo único. O pedido deverá ser protocolado e encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 4º. Encerrado o prazo para inscrição, os pedidos serão analisados pelo Conselho Superior do Ministério Público, que elaborará lista sêxtupla, mediante votação plurinominal, facultativa e secreta.

§ 1º. Havendo empate, entrará na lista o candidato da mais elevada entrância, ou o mais antigo na mesma entrância; persistindo o empate, prevalecerá o mais antigo na carreira.

Art. 5º. O Procurador-Geral de Justiça não poderá disputar o pleito no exercício do mandato, bem como até um ano após o seu término.

§ 1º. Os Conselheiros que forem candidatos não poderão participar da votação para composição da lista sêxtupla.

Art. 6º. Encerrada a votação e proclamado o resultado, o Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de cinco dias, remeterá ao Tribunal competente a lista dos agentes do Ministério Público escolhidos.

Art. 7º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá-MT 02 de agosto de 2010.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Conselho Superior do Ministério Público

MARCELO FERRA DE CARVALHO

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do CSMP

JOSÉ DE MEDEIROS

Procurador de Justiça

Secretário do CSMP

02 – Homologação de Promoção de Arquivamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Administrativos Investigatórios.

Processos por Relator(a).

Conselheiro Luiz Eduardo Martins Jacob – Processos retirados de pauta, face a ausência justificada do Conselheiro.

Conselheira Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres – Processos sob os n^{os}: 000699-002/2009, 000257-038/2009, 000382-090/2010, 001984-002/2006, 000116-077/2010, 000941-002/2005, 002269-011/2008, 003014-017/2009, 001963-029/2009, 002706-048/2009, 003189-011/2006, 003611-011/2009, 002636-011/2009, 003582-011/2009, 001449-013/2007, 010381-010/2008, 000591-001/2009, 000993-041/2009, 001643-025/2009, 000574-005/2006, 000934-002/2004, 000441-076/2009, 000188-002/2003, 011949-006/2007, 000944-048/2010, 000063-002/2004, 000875-001/2006, 004366-010/2010, 001130-002/2006, 007087-006/2005, 000411-090/2010, 000688-002/2007, 000918-002/2004, 002016-002/2006, 003385-014/2007, 004551-033/2009, 005018-015/2009, 000143-040/2010, 000583-002/2004, 000156-002/2004, 000161-023/2010, 000341-017/2010, 000408-002/2005, 000738-011/2006, 000953-002/2005, 001311-002/2005, 000951-002/2005, 003460-010/2009, 001092-014/2010, 000085-016/2010, 000677-073/2010, 000841-005/2006, 001104-002/2005, 001301-002/2005, 002830-010/2010, 001851-002/2006, 000816-002/2006, 014660-010/2009 (todos GEAP), por unanimidade, tiveram seus arquivamentos homologados, nos termos do voto da Relatora.

Conselheiro Hélio Fredolino Faust – Processos sob os n^{os}: 000757-002/2004, 009759-006/2007, 001358-066/2010, 000922-030/2010, 014793-010/2009, 001295-054/2010, 002434-048/2009, 001542-018/2009, 004575-006/2007, 002085-017/2009, 001073-017/2010, 000543-001/2010, 001190-033/2010, 001202-040/2010, 000365-002/2007, 001973-027/2009, 000256-005/2009, 000097-001/2010, 000440-005/2008, 001390-002/2004 (todos GEAP), por unanimidade, tiveram seus arquivamentos homologados, nos termos do voto do Relator.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Conselho Superior do Ministério Público

Conselheiro Siger Tutiya – Processos sob os nºs 011977-010/2009, 001060-033/2010, 001215-002/2005, 001374-086/2009, 000463-077/2010, 001267-033/2010, 001624-001/2007, 001264-030/2010, 001052-033/2010, 000297-002/2009, 001090-030/2010, 000234-059/2010, 001994-002/2006, 000073-023/2009, 00762-002/2008, 002060-033/2009, 000067-078/2010, 000999-017/2010, 001235-002/2005, 001547-066/2009, 001294-054/2010 (todos GEAP), por unanimidade, tiveram seus arquivamentos homologados, nos termos do voto do Relator.

Conselheiro Paulo Roberto Jorge do Prado – Destacou o processo GEAP número 010108-010/2009, que trata de irregularidades no Aeroporto de Rondonópolis e por se tratar de matéria afeta à União, decidiu pela remessa dos autos ao Ministério Público Federal. DECISÃO: à unanimidade, decidiram pela remessa dos autos ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do relator. Processos sob os nºs 003863-010/2010, 007400-004/2009, 000270-002/2004, 000500-052/2009, 000452-076/2009, 001233-030/2010, 000388-002/2005, 001066-002/2005, 000464-005/2006, 000601-030/2010, 001291-054/2010, 000344-002/2004, 000704-010/2008, 000465-005/2006, 002750-013/2009, 003802-016/2009, 001665-083/2009, 000623-001/2006, 000349-061/2010, 000976-002/2005, 011738-010/2008, 008295-012/2006, 000706-005/2006, 001168-002/2005, 002087-002/2006, 001424-066/2010, 000068-011/2009, 000748-059/2009, 000871-048/2010, 002320-050/2009, 000408-053/2010, 009590-011/2007, 001898-040/2010, 000520-030/2010, 000639-029/2010, 000934-010/2009, 004823-013/2009, 001863-002/2004, 001046-001/2008, 001727-026/2010, 001783-002/2006 (todos GEAP), por unanimidade, tiveram seus arquivamentos homologados, nos termos do voto do Relator.

Conselheiro Vivaldino Ferreira de Oliveira – Destacou o GEAP nº 000580-005/2008, que trata de TAC firmado entre o MPE e empresas do setor de curtume e frigorífico de Várzea Grande. O voto foi pela homologação do arquivamento, observando-se a necessidade de fiscalização do cumprimento das obrigações contidas no TAC. DECISÃO: À unanimidade, acompanharam o voto do relator. Também destacou o GEAP nº 000115-038/2009, da Comarca de Juara, por se tratar de matéria estranha às atribuições do CSMP. Votou pelo não conhecimento, remetendo os autos ao Senhor Procurador Geral de Justiça. DECISÃO: À unanimidade, acompanharam o voto do relator. Os demais Processos sob os nºs 002119-002/2006, 002680-013/2009, 001051-033/2010, 000945-028/2010, 001131-002/2005,



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Conselho Superior do Ministério Público

002004-002/2006, 001056-033/2010, 000251-002/2007, 000005-002/2010, 000174-002/2007, 000911-027/2010, 001450-066/2010, 001931-027/2009, 000300-005/2008, 000437-017/2010, 000161-001/2005, 000267-005/2006, 000657-023/2008, 002088-040/2010, 003811-013/2009, 010048-012/2008 (todos GEAP), por unanimidade, tiveram seus arquivamentos homologados, nos termos do voto do Relator.

Conselheira Silvana Corrêa Vianna - Processos retirados de pauta, face a ausência justificada da Conselheira.

Conselheiro José de Medeiros - Destacou o GEAP nº 000598-001/2010, Procedimento Investigatório Criminal instaurado no GAECO que já ultrapassou 180 dias e o Promotor requereu nova prorrogação. O Relator votou pela prorrogação por mais 90 dias, a contar do dia 19.06.2010. DECISÃO: À unanimidade, acompanharam o voto do relator. Destacou o GEAP nº 001265-030/2010, que trata de pedido de providências para recebimento de verbas atrasadas do INSS e recuperação de documentos retidos por vereador de município de outro Estado. O Promotor decidiu pelo indeferimento de instauração de inquérito civil, por se tratar de falta de atribuição da Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Nova Mutum. Votou o relator pela devolução dos autos à comarca de origem para arquivamento. DECISÃO: À unanimidade, acompanharam o voto do relator. Destacou o GEAP nº 002379-080/2009, que trata de matéria eleitoral, não se incluindo no rol de atribuições do colegiado. Votou pelo não conhecimento da matéria e pela devolução destes autos à origem para que seja arquivado. DECISÃO: À unanimidade, acompanharam o voto do relator. Destacou finalmente, os GEAPs números 008968-004/2009 e 009655-004/2009, da comarca de Barra do Garças, onde o Promotor de Justiça decidiu pela não instauração de inquérito civil, promovendo o arquivamento das peças de informação e remetendo-as ao CSMP. Votou pela remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça para providências que entender cabíveis, por se tratar de matéria não afeta à atribuição do CSMP. DECISÃO: À unanimidade, acompanharam o voto do relator. Os demais Processos sob os nºs 001260-002/2009, 001519-040/2010, 002117-080/2009, 002138-002/2006, 003558-006/2007, 010371-004/2009, 002432-048/2009, 000104-042/2010, 000231-002/2003, 001069-002/2004, 012753-006/2007, 000669-001/2006, 002256-002/2006, 001377-001/2005, 001206-030/2010, 001703-002/2006, 002323-080/2009, 000814-030/2010, 000638-002/2009, 000389-005/2006, 000447-002/2004, 000515-001/2006, 000039-047/2009, 002913-016/2009, 000744-005/2006,



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Conselho Superior do Ministério Público

008501-012/2006, 000017-050/2009, 000659-086/2009, 001772-010/2010, 000666-086/2009, 001293-054/2010, 001865-012/2010, 000059-091/2009, 001862-091/2009, 000093-052/2010 (todos GEAP), por unanimidade, tiveram seus arquivamentos homologados, nos termos do voto do Relator.

04 – Assuntos Gerais. I. Dr. José de Medeiros informou que tem recebido muitos processos do CSMP e devolve para a Promotoria de origem porque embora esteja no despacho do Promotor de Justiça a cientificação das partes, isso não tem sido feito. E há casos em que cientifica-se somente o requerido, não recebendo o requerente tal notícia de arquivamento. Informou que no último mês devolveu quinze ou mais processos. Destacou a importância da cientificação das partes, para que tomem conhecimento do motivo do arquivamento e, caso queira, possa interpor recurso perante este CSMP. Nada mais havendo, às 10h42, encerraram-se os trabalhos, determinando o senhor Presidente a lavratura da presente Ata, acompanhada da gravação em DVD.

Dr. MARCELO FERRA DE CARVALHO

Presidente do CSMP

Dr. JOSÉ DE MEDEIROS

Secretário do CSMP

Conselheiros Presentes

Dr. EDMILSON DA COSTA PEREIRA

DR. MAURO DELFINO CESAR

Dra. ELIANA CÍCERO DE SÁ MARANHÃO AYRES

Dr. HÉLIO FREDOLINO FAUST

Dr. SIGER TUTIYA

Dr. PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO

Dr. VIVALDINO FERREIRA DE OLIVEIRA



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Conselho Superior do Ministério Público

Ausente justificadamente

Conselheiros

Dr. LUIZ EDUARDO MARTINS JACOB

Dra. SILVANA CORREA VIANNA